

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 02/2013

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E TREZE

(Contém 26 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADOR **Anselmo José da Rocha Barcelos**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 28 de janeiro de 2013 realizou-se na freguesia dos Altares a reunião pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

Após a saudação, a Presidente começou por explicar a forma como ia decorrer a reunião, propondo, em seguida, a antecipação da próxima reunião de Câmara, de 11 para 8 de fevereiro, em virtude do dia 11 ser segunda-feira de carnaval, alteração que foi aprovada por unanimidade. De seguida, a Presidente propôs que a visita aos achados arqueológicos do Monte Brasil fosse realizada no dia 08 de fevereiro, após a reunião da Câmara Municipal e questionou os Vereadores do Partido Social Democrata (PSD), se pretendiam votar a proposta da iniciativa dos mesmos sobre a elaboração de um Plano Estratégico para Angra do Heroísmo. Os Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) responderam afirmativamente, tendo a discussão da proposta em causa sido remetida para os assuntos de fora da agenda da presente reunião.-----

Na sequência do adiamento da apreciação de um pedido de apoio para a atribuição de cabazes pela Casa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Presidente referiu que houve, entretanto, uma contato com essa entidade que decidiu retirar o pedido por isso o processo foi arquivado. Quanto ao concurso para a Casa da Roda, referiu que foram remetidos os documentos do procedimento aos Vereadores, conforme solicitado e que o único concorrente manifestou intenção de desistir. A Presidente fez também referência a um pedido de esclarecimento do Vereador Alonso Miguel sobre a fiscalização dos parquímetros e de quem era a responsabilidade da aplicação das multas e respetivos processos de contraordenação. Explicou que inicialmente foi colocada a hipótese de ser a Câmara Municipal a entidade autuante e responsável pela instauração do processo de contraordenação, mas nesse caso o valor a cobrar iria reverter para a entidade que explora os parquímetros. Sendo assim, acrescentou, que seria essa entidade a assumir a responsabilidade desde que reúna os requisitos legais para esse efeito. Em relação a outra questão levantada pelo Vereador Alonso Miguel, sobre uma viatura dos Serviços Municipalizados que não estava devidamente tapada e deixou pelo caminho sacos de plástico, a Presidente disse que foi efetuado o devido alerta para que a situação não se repita. A Presidente disse relativamente às dúvidas colocadas sobre o apoio à Casa do Povo do Porto Judeu para o pavilhão desportivo, o entendimento do Gabinete Jurídico é que o apoio em espécie está devidamente enquadrado. Informou que a 22 de janeiro se realizou a reunião do Conselho Municipal de Educação e que da mesma havia a salientar a aprovação da Carta Educativa do Concelho, bem como, uma proposta de alteração do regulamento relativa ao quórum para a realização das reuniões de modo a que deixasse de ser de dois terços, mas sim constituído pela maioria dos membros. Referiu, de seguida, que a 15 de janeiro ocorreu o lançamento do livro de Ramiro Carrola, "O Crime de Shiede". A Presidente adiantou que está marcada para 31 de janeiro uma reunião da Comissão de Trânsito e que a 08 de fevereiro terá lugar uma audiência de apresentação de cumprimentos pelo novo Comandante da Zona Marítima dos Açores, Almirante Pires da Cunha. A Presidente fez, ainda, referência à programação de cinema para o mês de

fevereiro no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo e informou que devido a uma avaria no equipamento a exibição de cinema foi interrompida durante três dias. Deu conta da realização, a 08 de fevereiro, de um desfile de Carnaval com a participação de escolas do concelho entre o Alto das Covas e a Praça Velha.-----

A Presidente propôs a inclusão dos pontos que não constam da agenda, que foi aprovada por unanimidade.-----

Depois de ter saudado os presentes na reunião, o Vereador António Ventura começou por colocar uma questão relativa à petição sobre a Rua da Miragaia, uma vez que a primeira subscritora daquela o contactou por correio eletrónico para saber qual o ponto da situação do assunto. A Presidente referiu que a Câmara já respondeu à primeira peticionária informando que haverá uma intervenção na referida rua tendo em vista a substituição da calçada, uma vez que há um parecer da Direção Regional da Cultura favorável à realização dos trabalhos. O Vereador António Ventura solicitou, também, informação sobre se o proprietário da Angra Marina Hotel já tinha entregue a documentação em falta na Câmara. A Presidente respondeu que para além dos documentos que foram entregues foram solicitados outros, por isso não podia dar a garantia de que o processo já estava terminado. O Vereador António Ventura perguntou se o referido hotel já tem licença de funcionamento. A Presidente disse que a que foi concedida não é definitiva. Informou que o proprietário do hotel apresentou uma ação em tribunal com o objetivo da Câmara Municipal emitir a licença definitiva e que nos contatos que manteve com o mesmo referiu que não se sentia minimamente melindrada com o facto de ele ter recorrido a essa via para tentar alcançar aquele objetivo. O Vereador António Ventura deu conta que durante a corrente semana foi contactado por alguns funcionários do hotel que não recebem salários há alguns meses e informando-o que o proprietário manda dizer por interpostas pessoas que a Câmara Municipal e o Governo Regional têm culpa dessa situação. Acrescentou que uma coisa não tem nada a ver com a outra e que essa é uma desculpa para não pagar os salários. A Presidente referiu que os trabalhadores também lhe expuseram a situação, bem como ao Vereador Artur Lima, e que os mesmos lhe transmitiram que estão numa situação aflitiva. O Vereador António Ventura apontou como provável que a empresa proprietária do hotel seja objeto de um processo de insolvência, o que levará ao despedimento de trabalhadores, algo que de certa forma já se esperava que pudesse acontecer.-----

O Vereador Fernando Dias solicitou à Presidente para concretizar quais são os documentos que estão em falta que impedem o licenciamento definitivo do hotel. A Presidente referiu que no dia 26 de dezembro foram solicitadas as telas finais e que os documentos entregues não estavam de acordo com o previsto no projeto, que sofreu alterações. O Vereador Hugo Rosa referiu que está também em falta a entrega de um termo de responsabilidade do projetista. A Presidente frisou que existem divergências entre as telas finais e a última versão do projeto. O Vereador Fernando Dias perguntou qual o prazo previsto para a entrega dos documentos em falta. A Presidente disse que pode ir dos 30 aos 90 dias, mas que houve o compromisso de que os mesmos seriam entregues num curto espaço de tempo.-----

De seguida o Vereador António Ventura referiu que foi contactado por três moradores da Grota do Vale que lhe transmitiram que estão na mesma situação dos proprietários que foram indemnizados devido aos maus cheiros da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), questionando a Presidente se também tinha recebido essa informação. A Presidente disse não estar em condições de assegurar se a Câmara Municipal tinha recebido essa informação mas que ia verificar se tal aconteceu. Adiantou

que a autarquia está a proceder aos pagamentos referentes a processos indemnizatórios que já foram decididos em tribunal, mas que existem processos com decisões há mais tempo e outros que tiveram um curso diferente. O Vereador António Ventura recordou que em alguns casos houve um acordo entre os proprietários das moradias e a Câmara Municipal. A Presidente admitiu que no caso desses três moradores será um processo diferente e que poderá ter tido alguma evolução recente que desconhece. Por outro lado, o Vereador António Ventura referiu que foi contactado pelo proprietário de um imóvel junto aos Paços do Concelho que tem um processo contencioso com a Câmara Municipal há alguns anos devido à venda do referido imóvel que tinha sido acertada com o antigo Presidente da Câmara, José Pedro Cardoso, e que acabou por ser rejeitada pela Assembleia Municipal. Nesse âmbito, o Vereador António Ventura solicitou informações sobre esse processo. A Presidente referiu que desde que iniciou funções o referido processo não lhe passou pelas mãos. O Vereador António Ventura mencionou que, de acordo com o proprietário, havia um acordo com a Câmara Municipal para a compra do imóvel e que com base no mesmo na altura procedeu à liquidação de todos os artigos que tinha para vender na loja. Disse ainda que o proprietário tem testemunhas como houve, nessa altura, um compromisso verbal. A Presidente reconheceu que percebe que pode haver algum desconforto com essa situação mas que não se pode contrariar uma deliberação da Assembleia Municipal. O Vereador António Ventura questionou a Presidente se tinha havido alguma evolução no processo de deslocalização de uma pocilga existente na freguesia da Ribeirinha. A Presidente disse que esse assunto já tinha sido abordado anteriormente e que o proprietário da pocilga tinha sido informado da decisão da Câmara Municipal uma vez que o mesmo aceitou a indemnização de valor próximo dos 30 mil euros. Por último, o Vereador António Ventura lamentou o facto de estar previsto o encerramento de mais quatro lojas de comércio em Angra do Heroísmo no final de janeiro.-----

O Vereador Alonso Miguel fez referência a uma notícia publicada no “Diário Insular” sobre o facto de este ano o Teatro Angrense não receber Danças de Carnaval por motivos de segurança o que considerou ser uma pena, até porque já houve verbas previstas no passado para a realização de uma intervenção naquela sala de espetáculos. Referindo-se às novas máquinas de parquímetros disse que apenas a que está instalada na Rua de São João é que está a funcionar. A Presidente disse que os equipamentos estão a ser substituídos tendo essa tarefa sido iniciada há cerca de 15 dias. O Vereador Alonso Miguel afirmou que há também casos de pessoas que estão na base de dados da aplicação informática dos parquímetros que se vêm confrontados com multas. Relativamente à questão colocada sobre o Teatro Angrense, a Presidente disse que este ano não abre por uma questão de segurança, acrescentando que há cerca de três semanas uma das varas da teia caiu e que por isso a decisão foi no sentido de não abrir a sala de espetáculos, apesar da insistência por parte de algumas pessoas para que fosse tomada a decisão contrária. Adiantou que ainda se colocou a hipótese do auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo para a exibição das Danças de Carnaval mas, tendo em conta as características da sala (formato de meia lua), as pessoas sentadas nas laterais não iam ter boa visibilidade para o palco, por conseguinte essa hipótese foi colocada de parte. O Vereador Alonso Miguel disse que é uma pena o Teatro Angrense estar fechado. A Presidente referiu que está em fase de preparação das peças do procedimento para o concurso público tendo em vista a intervenção no Teatro Angrense.-----

Voltando à questão dos parquímetros, a Presidente acrescentou que surgiram algumas situações caricatas pois as pessoas pensavam que estavam a ser multadas porque viam

os fiscais a inserir a matrícula da viatura no equipamento. Adiantou que a base de dados é única e funciona em rede, mas que se verificaram situações em que apesar da mesma ter sido atualizada houve algumas anomalias que foram sendo corrigidas. Por outro lado, referiu que durante os primeiros cinco dias de funcionamento do novo sistema de parquímetros foram emitidos 575 avisos de estacionamento irregular, dos quais apenas 12 por cento eram respeitantes a situações que foram corrigidas na base de dados. A Presidente adiantou que com as alterações ao sistema verifica-se que existem mais lugares vagos para estacionamento no centro da cidade. O Vereador Alonso Miguel perguntou se os funcionários que fiscalizam os parquímetros tiveram formação. A Presidente respondeu afirmativamente, adiantando que na primeira semana de funcionamento do novo sistema foram encontradas algumas situações irregulares de selos de residente em duplicado ou de pessoas que não residiam no local indicado nos mesmos. O Vereador António Ventura referiu que tem havido algum excesso de zelo e que recebeu algumas queixas de pessoas que enquanto fazem o percurso em direção à máquina de parquímetro são multados porque sempre que se estaciona agora um carro em Angra há um vigilante por perto. A Presidente referiu que antes da entrada em funcionamento do novo sistema a fiscalização era efetuada por dois agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e que agora estão sempre quatro fiscais na rua. A Presidente e os Vereadores continuaram a comentar situações relacionadas com a atuação dos fiscais dos parquímetros. O Vereador Fernando Dias fez referência ao facto de anteriormente haver uma atualização dos moradores e que agora os mesmos foram inseridos numa base de dados. Referiu que no novo regulamento não está prevista essa atualização anual com entrega dos documentos por parte dos moradores, por isso as pessoas que mudarem de residência vão continuar na base de dados e a ter direito a estacionamento. Nesse sentido, o Vereador Fernando Dias questionou se não deveria ser efetuada uma atualização anual dos moradores. A Presidente esclareceu que a inscrição “online” na base de dados não é para moradores mas para a população em geral e que os moradores têm que fazer a prova da sua situação periodicamente.-----

O Vereador Alonso Miguel solicitou que fosse efetuado o ponto da situação em relação à obra da escola da Ribeirinha. A Presidente disse que a obra está pronta, faltando o arruamento e a ligação das infraestruturas e que a transferência dos alunos para a nova escola está prevista para depois das férias do Carnaval. O Vereador Alonso Miguel perguntou se o acesso pedonal à escola vai ou não avançar. A Presidente disse que o mesmo não está previsto no orçamento da Câmara Municipal. O Vereador António Ventura perguntou se faz sentido a mudança dos alunos para a nova escola da Ribeirinha quando faltam quatro meses para terminar o ano letivo. A Presidente ressaltou que essa é uma questão que tem a ver com a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia, mas que no seu entender faz sentido porque se trata de uma escola nova com melhores condições, que vai permitir que os alunos estejam divididos pelo ano de ensino e não pela zona geográfica onde residem, ou seja, em condições adequadas. O Vereador António Ventura voltou a questionar a vantagem de concentrar os alunos numa nova escola a meio de um ano letivo, salientando que se a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia considera que deve ser assim não pode contestar a decisão até porque não possui habilitações para tal. A Presidente adiantou que essa foi uma decisão que envolveu também os professores e pais que estão de acordo com a mesma. O Vereador Alonso Miguel perguntou se tinha sido efetuado algum acordo com os proprietários dos terrenos para a ligação pedonal à escola. A Presidente referiu que não foi comunicada aos mesmos, por parte da Câmara Municipal, qualquer indicação sobre o facto de essa obra não avançar este ano, mas ressaltou que o processo não está encerrado podendo, eventualmente, ser retomado no futuro. O Vereador Alonso Miguel referiu que o acesso pedonal e a reabilitação das

antigas infraestruturas escolares para a instalação de um Ateliê de Ocupação de Tempos Livres (ATL) são consideradas prioridades para o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha. A Presidente vincou que esse não é o seu entendimento. Sendo assim, o Vereador Alonso Miguel referiu que as pessoas devem ser informadas que essa não é uma prioridade. A Presidente disse que a decisão de não avançar com o Ateliê de Ocupação de Tempos Livres (ATL) foi transmitida a quem de direito.-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se as juntas de freguesia foram informadas que em 2014 terá lugar a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). A Presidente respondeu que as juntas de freguesia receberam um ofício a solicitar que sejam enviadas propostas a incluir no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), acrescentando que algumas já o fizeram. Adiantou que está em fase de preparação o concurso público para a revisão do referido documento.-----

O Vereador Anselmo Barcelos retomou a questão do Teatro Angrense para dizer que ficou chocado com o seu encerramento. Referiu que a situação do Teatro Angrense já se arrasta há algum tempo mas só agora existem verbas no Plano da Câmara Municipal para esse efeito e questionou sobre qual o prazo previsto para a execução das obras. A Presidente voltou a referir que o concurso para a elaboração do projeto está em fase de preparação. O Vereador Anselmo Barcelos perguntou qual a data prevista para a realização das obras. A Presidente disse que o projeto é que irá determinar, mas estimou que o processo deverá levar algum tempo passando a enumerar as diferentes etapas que terão que ser cumpridas até que as obras possam ser realizadas, estimando que tal possa não ocorrer antes de 2015. O Vereador António Ventura afirmou que não se pode esquecer o que está para trás no que se refere ao Teatro Angrense, referindo que em 2009 as grandes “bandeiras” da Câmara eram o Mercado Duque de Bragança, o Teatro Angrense, a reabilitação das calçadas, mas estamos em 2013 e as obras não avançaram, adiantando que mais do que apontar culpados interessa que o processo prossiga o mais rápido possível antes que o edifício do Teatro Angrense caia totalmente. A Presidente retorquiu que em relação às calçadas a obra foi lançada e os trabalhos começaram e que a Câmara Municipal não tem culpa que a empresa tenha falido. No caso do Mercado Duque de Bragança, disse que o projeto está em execução e que entraram na Câmara Municipal seis reclamações em relação ao concurso e que depois de essa fase estar concluída é que se pode avançar. Em relação ao Teatro Angrense disse que em 2011 não estava na Câmara Municipal mas que assume a responsabilidade por, em 2012, não se ter dado início ao processo justificando que tal não aconteceu porque se estivesse de “braços cruzados” mas porque houve vários procedimentos e foi um ano que considerou como “terrível” no que se refere à alteração da legislação. O Vereador António Ventura referiu que o projeto do Mercado Duque de Bragança foi apresentado há algum tempo em reunião de Câmara. A Presidente aclarou que o que foi apresentado foi o projeto-base e que a elaboração do projeto de execução sofreu algum atraso porque surgiu a possibilidade do parque de estacionamento ficar localizado em terrenos do Seminário Episcopal de Angra. Disse, ainda, que manteve recentemente contato com os comerciantes do Mercado Duque de Bragança e que houve seis que lhe manifestaram a intenção de cessar a atividade porque a mesma não compensa e que, defendem o desinvestimento total no espaço. A Presidente considerou que esse não é o entendimento da autarquia e que a melhoria da infraestrutura vai despertar o interesse de outros comerciantes. O Vereador António Ventura frisou que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo não é favorável à requalificação do Mercado Duque de Bragança. A Presidente disse que essa não é uma opinião unânime

até porque a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo tem sido parceira no processo.-----

O Vereador Anselmo Barcelos questionou a Presidente sobre o processo da reabilitação das calçadas. A Presidente informou que brevemente será apresentada, em reunião do órgão executivo do município, uma proposta para a suspensão do atual processo e abertura de um novo procedimento. O Vereador Anselmo Barcelos solicitou também informações sobre a situação das anomalias detetadas na repavimentação da Rua da Rocha. A Presidente referiu que as correções vão ter que ser asseguradas por quem ficar com a empreitada, após a realização do novo procedimento. O Vereador Anselmo Barcelos referiu que a Câmara Municipal poderia avançar já com as correções. A Presidente disse que sem que sejam tomados determinados procedimentos previstos na legislação em vigor a autarquia não poderá intervir na referida rua nem na Rua do Marquês, onde os trabalhos não chegaram a ser concluídos pelo empreiteiro. O Vereador Anselmo Barcelos reportou uma situação em São Carlos, mais concretamente em frente à Canada dos Cinco Reis, onde um muro está a servir de parede de uma casa e questionou se o mesmo não deveria ter sido recuado relativamente ao eixo da via. A Presidente disse que nos casos em que existem outras situações do género pode-se alinhar o muro pelas fachadas existentes, desde que exista autorização para tal, mas como não tinha conhecimento dessa situação em particular ia recolher dados sobre o assunto.-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se a nova discoteca que vai surgir em Angra do Heroísmo tem medidas especiais de precaução de ruído. A Presidente disse que o processo não está totalmente concluído. O Vereador Alonso Miguel referiu que a inauguração da discoteca está marcada para a próxima sexta-feira, questionando se a mesma não será mais uma “dor de cabeça” para os moradores. O Vereador Fernando Dias referiu que se comenta que a referida discoteca não tem licença, recordando a situação dos bares do Porto das Pipas. A Presidente respondeu que em relação à nova discoteca ia recolher dados sobre o processo e que no caso dos bares do Porto das Pipas todos entregaram os processos de licenciamento e que não foi concedida mais nenhuma licença de ruído e que os prolongamentos de horário cessaram. O Vereador António Ventura referiu que em relação aos bares do Porto das Pipas continuam a existir queixas, da Polícia de Segurança Pública, dos moradores e dos pais dos jovens. A Polícia sente-se desautorizada porque levanta os autos por serem ultrapassados os horários de funcionamento, mas depois os proprietários não recebem as notificações para pagarem as coimas; os moradores queixam-se do ruído e os pais do consumo de álcool por parte de menores, que ocorre no exterior dos bares. O Vereador António Ventura acrescentou que terá que chegar o dia em que serão tomadas medidas de fiscalização para impedir esse tipo de situações, referindo que nos países desenvolvidos as discotecas encerram à uma ou duas horas da manhã e que se não forem tomadas medidas cá, a noite começa às três da manhã. A Presidente disse que as competências da Câmara Municipal nessa matéria estão a ser implementadas e têm a ver com o licenciamento e fixação de horários, acrescentando que uma vez que não existe no Concelho uma Polícia Municipal, compete às autoridades policiais fazer cumprir as normas e agir nos casos em que as mesmas são infringidas. A Presidente disse, ainda, que existem na Câmara Municipal 16 processos tendo em vista a aplicação de coimas por infrações praticadas pelos bares do Porto das Pipas. O Vereador António Ventura disse que algumas dessas coimas são relativas ao mês de janeiro do ano passado facto que desagradava às autoridades policiais. A Presidente voltou a referir que foram tomadas medidas para impedir algumas situações que ocorriam no Porto das Pipas e que o custo referente ao policiamento está a ser assegurado pela edilidade angrense. O Vereador

António Ventura referiu que nos contatos que manteve com as autoridades policiais, as mesmas lhe transmitiram o seu desagrado por sentirem que são desautorizadas quando os autos levantados não têm consequências. O Vereador Fernando Dias disse que essa é a situação que se verifica, uma vez que não foi aplicada nenhuma coima desde janeiro do ano passado. A Presidente disse que os processos de contraordenação ainda não estão concluídos. O Vereador Fernando Dias frisou que há um atraso de um ano. A Presidente reconheceu que houve atraso mas que os processos estão a prosseguir. O Vereador António Ventura referiu que quem deveria assegurar a fiscalização daquele espaço é a Polícia Marítima, que não o faz por falta de meios. O Vereador Fernando Dias solicitou o acesso aos processos de contraordenação em curso referentes aos bares do Porto das Pipas e questionou as razões que impedem a conclusão dos mesmos.-----

O Vereador Fernando Dias voltou a referir-se ao atraso na aprovação das atas das reuniões de Câmara, recomendando que pelo menos duas viessem para deliberação em futuras reuniões.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 412 – Pedido efetuado por **Duarte Nuno Jardim da Silveira**, com vista à suspensão de trânsito na Canada Nova, Alto das Covas, Rua da Sé e Praça Velha, freguesias de Santa Luzia e Sé, no dia 10 de fevereiro de 2013, das 13:30 às 15:00 horas, destinada ao desfile da tourada dos estudantes, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Variedade Taurina

Ent. 437 – Pedido de licenciamento para a realização de uma variedade taurina (Tourada dos Estudantes), efetuado por **Duarte Nuno Jardim da Silveira**, a qual terá lugar no dia 10 de fevereiro de 2013, na Monumental Praça de Touros da Ilha Terceira,

para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 64.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de Março, conjugado com a al. a) do n.º 5 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Isenção de Taxa

Ent. 416 – Pedido de isenção de taxas, efetuado por **Duarte Nuno Jardim da Silveira**, referente à licença especial de ruído, à suspensão de trânsito e licenciamento de espetáculo de variedades taurinas, por ocasião da tourada dos estudantes, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

O valor das taxas a pagar é de:-----

Licença especial de ruído - €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos);-----

Suspensão de trânsito - €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos);-----

Licenciamento de espetáculos de variedades taurinas - €172,21 (cento e setenta e dois euros e vinte e um cêntimo), dos quais €25,83 (vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos) deverão ser retidos para pagamento do delegado técnico. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na totalidade do seu valor.**-----

Prova Todo-o-Terreno – ROTA DOS VENTOS XI

Ent. 120 – Pedido de licenciamento para a realização do Passeio Todo-o-Terreno “ROTA DOS VENTOS XI”, efetuado pelo **Terceira Automóvel Clube**, o qual terá lugar nos dias 1, 2 e 3 de fevereiro de 2013, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, da Direção Regional dos Recursos Florestais, do IROA, S.A., bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

O Vereador Hugo Rosa ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º do CPA - Código do Procedimento Administrativo.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Licenciamento de Jogos Lícitos

Ent. 6301 - Ofício n.º SAI-VPGR/2012/6145, da Vice-Presidência do Governo Regional, respeitante ao licenciamento de jogos lícitos no estabelecimento, sito no Largo do Império, freguesia da Conceição, pertencente ao Império da Irmandade do Espírito Santo da Urbanização do Bairro do Lameirinho, para emissão de parecer do órgão executivo municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 4º da Portaria n.º 71/2007, de 24 de Outubro, conjugado com o n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 2/87, de 8 de Janeiro, designadamente no que se refere à proximidade de estabelecimentos de ensino.-----
Encontra-se munido de pareceres técnicos da Arquiteta e do Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável, de acordo com a informação da arquiteta municipal.**-----

Atribuição de apoio – alteração de entidade

Ent. 6782 – Ofício datado de 30 de novembro de 2012, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, solicitando que o apoio atribuído ao Colóquio Internacional *A Filosofia Hoje*, em reunião da Câmara Municipal de 17 de novembro de 2012, no valor de €500,00, seja depositado na conta da Fundação Gaspar Frutuoso, por ter sido a entidade de gestão do evento em causa. Para autorização do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. **Este assunto foi retirado, devendo o mesmo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

Aquisição de serviços – emissão de parecer genérico

Ent.136 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal no sentido de o órgão executivo emitir parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços no

caso de ações de formação que não ultrapassem cento e trinta e duas horas e aquisição de serviços cuja execução se conclua no prazo de vinte dias, a contar da notificação da adjudicação, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5 000 € (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte, bem como à celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, pelo prazo máximo de um ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5 000 € (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2013 e do artigo 4.º da Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável quanto à aquisição dos serviços em causa, até ao montante anual de €5 000,00 sem IVA.-----

Pedido de parecer prévio – execução de trabalhos gráficos

Ent. 150 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 21 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços de execução de trabalhos gráficos por Projectangra – Gabinete Açoriano de Projectos, Lda, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, (Lei do Orçamento de Estado para 2013). - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável quanto à aquisição dos serviços em causa, no valor de €14 400,00 acrescido de IVA à taxa em vigor.---**

A Presidente informou que foi rececionada outra proposta com um valor mais baixo mas que não dava a garantia de que todos os trabalhos solicitados seriam executados por isso foi excluída. O Vereador Alonso Miguel questionou os motivos invocados por esse concorrente para não assegurar a execução dos trabalhos. A Presidente referiu que foi transmitida essa informação por parte do concorrente de que não poderia dar garantias em relação à execução de todos os trabalhos por uma questão de disponibilidade. O Vereador Alonso Miguel perguntou se os funcionários que pertenciam à Culturangra não podiam assegurar esse serviço. A Presidente respondeu que não, referindo que as pessoas que estavam na Culturangra asseguravam apenas a componente informativa e não a execução de trabalhos gráficos que sempre foram assegurados com o recurso a uma prestação de serviços externa.-----

Fixação de preços para as Sanjoaninas

Ent. 543 – Informação, datada de 22 de janeiro de 2013, da comissão organizadora das Festas Sanjoaninas 2013 no sentido de serem fixados os preços dos ingressos dos espetáculos musicais. Para deliberação nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea j) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou os preços propostos.**-----

A Presidente informou que o valor proposto para ingresso nos espetáculos musicais das Sanjoaninas é de 35 euros, estando previstas diversas promoções.-----

Minuta de protocolo com a RIAC

Ent.159 – Minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Angra do Heroísmo e a RIAC, tendo em vista o serviço de venda do voucher Sanjoaninas 2013. Para deliberação, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea l) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta minuta de protocolo.**-----

Conselho de Administração da Culturangra EEM

Ent. 137 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 15 de janeiro de 2013, relativa à manutenção do Conselho de Administração da Culturangra EEM, até à extinção desta, bem como a não remuneração de vogal. Para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º, n.º 1 alínea i) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 abstenção do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP), aprovou esta proposta.**-----

A Presidente referiu que a proposta tem efeitos retroativos e que tem em vista assegurar as formalidades relativas à conclusão do processo de extinção da Culturangra. Referiu que o vogal que exercia funções a tempo inteiro deixou de ser remunerado. O Vereador Antonio Ventura questionou se essa situação teria como prazo limite 31 de março. A

Presidente disse que seria mantida até à deliberação da Assembleia Municipal sobre a extinção da Culturangra. Recordou que a empresa municipal está em processo de liquidação e que já não dispõe de funcionários, não tendo receitas nem despesas, nem promovendo atividades e que a extinção da mesma deverá ser deliberada pela Assembleia Municipal em abril. O Vereador Fernando Dias disse que a extensão do mandato dos membros do Conselho de Administração da Culturangra não faz sentido e perguntou se essa foi uma recomendação do Revisor Oficial de Contas (ROC). A Presidente disse que não se trata de uma extensão porque o mandato do Conselho de Administração da Culturangra é coincidente com o da Câmara Municipal. A Presidente referiu que a deliberação que foi aprovada na Assembleia Municipal não foi a extinção da Culturangra, mas sim a transferência para a Câmara Municipal, em 01 de janeiro, de todas as atividades e dos funcionários da empresa. O Vereador Fernando Dias considerou que a redação da proposta não estava perceptível e que essa situação ocorre em outras propostas referidas em ata, que por não conter os documentos na totalidade depois não se percebe bem o que foi aprovado. A Presidente venceu que a proposta em causa consta do último parágrafo e que face às dúvidas suscitadas se ia proceder à alteração da redação da mesma.-----

Concessão de bilhetes para cinema

Ent. 149 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 15 de janeiro corrente, tendo por objeto a cedência gratuita de bilhetes para sessões de cinema do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, a crianças e jovens institucionalizadas, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, para deliberação do órgão executivo. Na mesma proposta submete-se a ratificação do mesmo órgão a cedência gratuita de dez bilhetes de cinema ao Centro de Acolhimento Temporário e de Emergência do Centro Social de S. Pedro, nos termos do artigo 68.º, n.º 3 da citada Lei n.º 169/99. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta e ratificou a cedência gratuita de dez bilhetes de cinema.**-----

O Vereador Fernando Dias referiu que, tal como no ponto anterior, a proposta não está redigida de forma clara o que poderá colocar no futuro alguma dificuldade em entender o que está em ata. A Presidente propôs que fosse corrigida. Os Vereadores debateram a

importância para o futuro das propostas aprovadas serem lavradas em ata de uma forma perceptível.-----

Atribuição de bolsas de estudo no âmbito do

Bolsangra – Análise de candidaturas

Ent. 138 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 18 de janeiro com vista à atribuição de mais 3 bolsas de estudo e aprovação da ata da comissão de análise das candidaturas de atribuição de bolsas de estudo no Concelho de Angra do Heroísmo – Bolsangra – apreciação das candidaturas – ano letivo 2012/2013. Para aprovação do órgão executivo nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo no Concelho de Angra do Heroísmo – BOLSANGRA. – **A Câmara Municipal, por unanimidade aprovou esta proposta.**-----

Plano Estratégico para o Concelho

Ent. 171 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, datada de 8 de janeiro de 2013, no sentido de ser elaborado um Plano Estratégico para o Concelho de Angra do Heroísmo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a presente recomendação.**-----

O Vereador António Ventura referiu que a proposta tem como objetivo a elaboração de um documento amplo e consensual que seja uma trave mestra sobre aquilo que deve ser o futuro de Angra do Heroísmo. Adiantou que no âmbito desse plano deve ser considerada a situação atual de Angra do Heroísmo e a definição de um modelo de desenvolvimento para o futuro. Reconheceu que a elaboração de um documento desse tipo leva algum tempo e que a atual arquitetura política tripartida da Câmara Municipal pode ser uma vantagem porque vai permitir que existam visões que em alguns casos não serão coincidentes e potenciar o debate. O Vereador António Ventura adiantou que para além das personalidades que possam ser convidadas a participar no processo a população também se deve pronunciar sobre as matérias em causa. Referiu, ainda, que Angra do Heroísmo merece que seja definido o que é ou não possível fazer e que isso tem de ser transcrito em forma de letra. Trata-se, segundo referiu, de algo que não é novo e que já existe em muitos concelhos. Acrescentou que é importante estabelecer um rumo dando como exemplos a construção de pavilhões desportivos e ou a localização dos miniparques industriais. Reforçou a ideia que em relação a esta matéria deve haver o maior consenso possível entre as forças políticas representadas na Câmara Municipal. Nesse sentido propôs que o trabalho de definição das prioridades para o Concelho seja elaborado ao longo deste ano. O Vereador Alonso Miguel referiu que embora tivesse feito uma leitura rápida da proposta em discussão estava de acordo com os Pressupostos de base da mesma. O Vereador Fernando Dias reportou-se a uma comunicação por parte da Presidente que sugeria que fosse apresentada uma proposta concreta de plano estratégico para dizer que tal não seria possível porque se trata de um documento pluridisciplinar que implica a participação de várias pessoas e amplas discussões com as forças vivas do Concelho e que nem a própria Câmara Municipal tem técnicos para assegurar na totalidade as equipas pluridisciplinares que são necessárias. Alertou para o facto de se tratar de um documento que não se consegue fazer em menos de um ano. Prosseguiu dizendo que esse plano irá clarificar qual a estratégia de

desenvolvimento para o Concelho. Adiantou que o plano deve referir o que se pretende para o Concelho dentro de 10 ou 20 anos e que isso obriga a reflexões com algumas forças vivas do Concelho, sendo, por isso, um documento complexo. O Vereador Fernando Dias disse, ainda, que uma vez que se está numa fase de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) seria importante haver também no Concelho um Plano Estratégico, considerando que se houver uma articulação entre os dois instrumentos de planeamento isso será muito útil. Alertou para o facto do atual Plano Diretor Municipal (PDM) não apontar nenhuma perspetiva de desenvolvimento, tendo apenas a definição de áreas urbanas, sem que se perceba quais os critérios que levaram à sua delimitação e que em relação às áreas industriais o mesmo acontece. Concluiu que se pretende com a proposta de elaboração de um Plano Estratégico definir um rumo e ter uma visão para o Concelho e que havendo esse tipo de instrumentos deixam de existir tantas pressões relativamente a quem exerce funções na Câmara Municipal e, ao mesmo tempo, a sociedade e as empresas ficam a saber como e onde se deve investir. Nesse sentido, disse que se trata de um documento fundamental, onde devem estar previstas as ações concretas sobre o que é necessário fazer para o desenvolvimento do Concelho.-----

A Presidente disse que a proposta vai no sentido de ser elaborado um plano que faz falta ao Concelho e que a mesma está bem elaborada porque aponta os pontos que são essenciais, manifestando a sua concordância.-----

Pedidos de parecer prévio – aquisição de serviços para as Sanjoaninas 2013

Ent. 155 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços na área artística, por ocasião das Sanjoaninas 2013, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). – **A Câmara Municipal, por maioria, 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 abstenção do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP), deliberou emitir parecer favorável respeitante à prestação do serviço constante desta proposta.**-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se os contratos eram celebrados diretamente pela comissão de festas com os agentes dos artistas. A Presidente respondeu que a negociação foi efetuada diretamente com os agentes, sem intermediários locais ou do exterior. O Vereador Alonso Miguel questionou a Presidente sobre quem efetua o pagamento aos agentes dos grupos. A Presidente disse que o pagamento é efetuado diretamente pela Câmara Municipal que assume a despesa até ao montante do apoio que concede às Sanjoaninas, acrescentando que se pretende que esse valor não seja ultrapassado e que caso isso aconteça terá que haver a aprovação em reunião de Câmara. O Vereador Alonso Miguel referiu que um dos grupos irá receber um valor muito mais elevado do que os restantes. A Presidente disse que em princípio todos sabem a razão desse grupo representar um valor mais elevado por se tratar de um artista de maior projeção e que este ano os valores são mais baixos do que em anos anteriores, representando menos de metade do que já foi gasto com artistas. O Vereador Fernando Dias questionou se os valores em causa incluem todas as despesas. A Presidente referiu que se referem apenas aos “cachets” dos artistas. O Vereador Fernando Dias

perguntou se não vai ser apresentado o orçamento das Sanjoaninas. A Presidente referiu que já tem o orçamento na sua posse mas que por lapso ainda não o tinha trazido à reunião da Câmara, comprometendo-se a fazê-lo na próxima reunião. O Vereador Anselmo Barcelos perguntou se vai restar alguma verba para os grupos de folclore e filarmónicas. A Presidente afirmou que os grupos folclóricos e as filarmónicas nunca deixaram de estar presentes nas Sanjoaninas.-----

Ent. 156 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços na área artística, por ocasião das Sanjoaninas 2013, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 abstenção do Centro Democrático Social (CDS-PP), deliberou emitir parecer favorável respeitante à prestação do serviço constante desta proposta.**-----

Ent. 157 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços na área artística, por ocasião das Sanjoaninas 2013, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 abstenção do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP), deliberou emitir parecer favorável respeitante à prestação do serviço constante desta proposta.**-----

Ent. 158 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços na área artística, por ocasião das Sanjoaninas 2013, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 abstenção do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP), deliberou emitir parecer favorável respeitante à prestação do serviço constante desta proposta.**-----

Pedido de parecer prévio – elaboração do projeto de execução do Pavilhão da Escola do Posto Santo

Ent. 1397 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 23 de janeiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à contratação da Arquiangra, Arquitetura e Engenharia Pessoal, Lda, para a elaboração do projeto de execução do Pavilhão da Escola do Posto Santo, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). – **A Câmara Municipal, por maioria, 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista (PS) e dos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) e 1 voto contra do Centro Social Democrático/Partido Popular (CDS-PP), deliberou emitir parecer favorável respeitante à prestação do serviço constante desta proposta, no valor de €14 939,13 acrescido de IVA à taxa em vigor.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou se a prestação de serviços tinha que ser contratualizada com a empresa em causa. A Presidente disse que se trata da empresa que apresentou a proposta com o valor mais baixo na consulta que foi efetuada pela Câmara Municipal.-----

Pedido de cedência de uma estrutura amovível

Ent. 576 - Pedido da Junta de Freguesia do Porto Judeu, datado de 24 do corrente mês, para a cedência de uma estrutura amovível para apoio ao bar do Pavilhão Gimnodesportivo da mesma Freguesia por ocasião do Carnaval. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido.**-----

Pedido de utilização do espaço do antigo Piano Bar do Centro Cultural e de Congressos

Ent. 584 - Pedido de utilização do espaço do antigo Piano Bar do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, apresentado pela Neptuna no âmbito da organização do festival de tunas agendado para o dia 26 do corrente mês. Para ratificação do órgão executivo municipal nos termos conjugados do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, com o artigo 68.º, n.º 3 da mesma Lei. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pelo Presidente em exercício.**-----

Pedido de bilhetes para o cinema

Ent. 144 – Carta datada de 4 de janeiro de 2013, do Centro de Acolhimento Temporário e de Emergência do Centro Social e Paroquial de São Pedro, solicitando a cedência de bilhetes para 8 crianças e 2 acompanhantes irem ver o filme “Hotel Transilvânia”, ao Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, na sessão de 26 ou 27 de janeiro de 2013. Para ratificação do ato praticado pelo Presidente em exercício, nos termos do artigo 68.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara**

Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pelo Presidente em exercício.-----

Período de intervenção do público

A Presidente informou que estava aberto o período para a intervenção do público, agradecendo o facto de a Câmara Municipal ter sido recebida na freguesia dos Altares.-----

O Presidente da Junta de Freguesia dos Altares, Salvador da Rocha Lopes pediu informações sobre qual o ponto da situação das obras previstas para as estradas, uma vez que já existem reclamações devido a atrasos. A Presidente referiu que o procedimento para a realização das obras atrasou no mês de dezembro devido às normas previstas na Lei dos Compromissos. Acrescentou que o processo deverá avançar na próxima semana, uma vez que a requisição já foi emitida para que as obras em atraso sejam terminadas. Disse, ainda, que em relação à construção da ponte de acesso a uma casa da Canada do Boiões vai ser solicitada a autorização à Direção Regional do Ambiente para a realização dos trabalhos.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....

A funcionária que lavrou a ata,

.....